

Autopista Régis Bittencourt S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2010 e de 2009 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Autopista Régis Bittencourt S.A.
Registro - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Régis Bittencourt S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

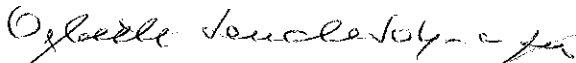
Ênfase

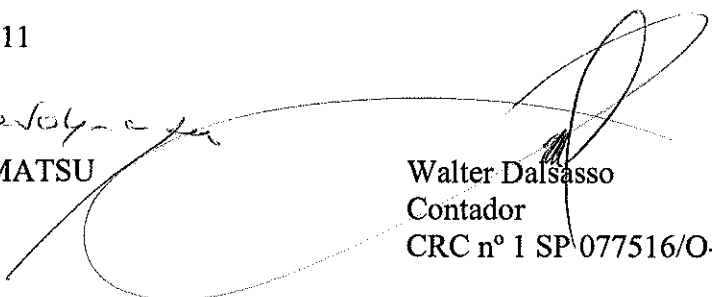
Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Autopista Régis Bittencourt S.A., essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", somente pela opção da manutenção do saldo do ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de março de 2011


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Walter Dalsasso
Contador
CRC nº 1 SP 077516/O-9

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota explicativa	31.12.2010	31.12.2009
RECEITA	24	340.915	278.576
CUSTOS DOS SERVIÇOS	25	(239.533)	(213.468)
LUCRO BRUTO		<u>101.382</u>	<u>65.108</u>
Despesas gerais e administrativas	25	(17.263)	(12.836)
Remuneração da Administração	19	(722)	(585)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		<u>83.397</u>	<u>51.687</u>
Receitas financeiras	26	10.810	3.994
Despesas financeiras	26	(36.792)	(28.619)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>57.415</u>	<u>27.062</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	27	(11.505)	(4.364)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	27	(7.803)	(5.185)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>38.107</u>	<u>17.513</u>
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO		<u>0,44</u>	<u>0,21</u>

(*) Não há resultados abrangentes no exercício corrente e no exercício anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		44.001	5	71	-	44.077
Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	5	-	-	-	(453)	(453)
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009		44.001	5	71	(453)	43.624
Aumento de capital		40.000	-	-	-	40.000
Lucro líquido do exercício originalmente apresentado		-	-	-	7.448	7.448
Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	5	-	-	-	10.065	10.065
Lucro líquido do exercício ajustado		-	-	-	17.513	57.513
Destinação do lucro líquido originalmente apresentado:						
Reserva legal		-	372	-	(372)	-
Dividendos propostos		-	-	-	(1.770)	(1.770)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		84.001	377	14.989	-	99.367
Aumento de capital		1.792	-	-	-	1.792
Lucro líquido do exercício		-	-	-	38.107	38.107
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	23.3	-	1.905	-	(1.905)	-
Dividendos propostos	23.3	-	-	-	(9.050)	(9.050)
Retenção de lucros	23.3	-	-	27.152	(27.152)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		85.793	2.282	42.141	-	130.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	38.107	17.513
Ajustes ao lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	16.026	10.187
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.803	5.185
Despesas de juros, líquidas das receitas	20.417	14.805
Despesas de juros, líquidas das receitas - partes relacionadas	13.069	11.996
Resultado financeiro - reversão de ajuste a valor presente	1.067	912
Constituição de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	1.900	27
Provisão para manutenção em rodovias	5.206	2.580
 (Aumento) redução dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(3.047)	(7.805)
Estoques	(130)	857
Despesas antecipadas	(20)	(82)
Impostos a recuperar	33	(315)
Outros ativos	53	(52)
 (Aumento) redução dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(661)	(414)
Fornecedores - partes relacionadas	33	-
Obrigações sociais e trabalhistas	38	2.374
Obrigações fiscais	(1.401)	(1.005)
Cauções contratuais	14	(81)
Adiantamentos de seguros	5.805	-
Outros passivos	40	83
Juros pagos	(23.578)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>80.774</u>	<u>56.765</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(400)	(818)
Adições ao intangível	(147.233)	(198.801)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(147.633)</u>	<u>(199.619)</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	52.225	329.094
Pagamentos	(3.327)	(107.215)
Aumento de capital	-	40.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>48.898</u>	<u>261.879</u>
 (REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(17.961)</u>	<u>119.025</u>
 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	124.201	5.176
 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	106.240	124.201
 (REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(17.961)</u>	<u>119.025</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	204.238	153.072
Receita dos serviços de construção	154.613	138.776
Outras receitas	310	-
	<u>359.161</u>	<u>291.848</u>
CUSTOS		
Custo dos serviços de construção	(154.613)	(138.776)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(36.042)	(33.183)
Custo da concessão	(12.930)	(13.711)
Custo de provisão de manutenção em rodovias	(5.206)	(2.580)
Outros custos	(12.134)	(9.609)
	<u>(220.925)</u>	<u>(197.859)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>138.236</u>	<u>93.989</u>
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(16.026)	(10.187)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	<u>122.210</u>	<u>83.802</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	10.810	3.994
Juros capitalizados	4.451	2.242
	<u>15.261</u>	<u>6.236</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>137.471</u>	<u>90.038</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	16.462	14.944
Benefícios	3.188	2.889
FGTS	914	765
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	26.223	15.361
Municipais	10.824	7.685
Outros	510	-
Remuneração de capitais de terceiros:		
Despesas financeiras	1.067	912
Juros	20.417	14.805
Juros capitalizados	3.226	886
Outras	2.239	926
Remuneração de capitais próprios:		
Juros - partes relacionadas	13.069	11.996
Juros capitalizados - sobre mútuos	1.225	1.356
Dividendos propostos	9.050	1.770
Lucros retidos do exercício	29.057	15.743
	<u>137.471</u>	<u>90.038</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade anônima, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rodovia SP 139, nº 226, e foi constituída em assembleia geral realizada em 19 de dezembro de 2007. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). Suas atividades compreendem exclusivamente a exploração, sob forma de concessão, de serviço público precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração da Rodovia.

2. CONCESSÃO

A Sociedade possui o Contrato de Concessão e Exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade, decorrentes do Contrato de Concessão da Rodovia, são:

- a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$8.436 na data-base da concessão. Até o fim do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$210.900, conforme determinado no Contrato de Concessão.

A verba de fiscalização é corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- c) Não cabe, durante a concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou ao desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.

- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente os riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data de assinatura do Contrato de Concessão.
- g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data de início do Contrato de Concessão, fato que ocorreu em 29 de março de 2010 com a concessão de Registro de Sociedade de Capital Aberto categoria "B" pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT, bem como publicá-las.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia.
- 104,9 km de terceira faixa.
- 109,6 km de vias laterais.
- 23,6 km de variantes/contornos.
- Construção de 51 passarelas.
- Construção de 6 praças de pedágio.
- Construção de 9 Bases de Serviço Operacional - BSOs.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em dezembro de cada ano com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade estima, na data de 31 de dezembro de 2010, os montantes de R\$1.076.914, referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$624.418, referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimento foram classificadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 20.2.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade mantém registrado o montante de R\$28.002 relativo a gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) indicam o registro como resultado, quando incorrido.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais (R\$) foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que tenham risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos; determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego; determinação de provisões para manutenção; determinação de provisões para investimentos futuros oriundos do Contrato de Concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes; provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; perdas relacionadas a contas a receber; e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Contabilização de Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, conforme determinado pela ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão; determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível; e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, segregando principalmente os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - São reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 20.2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos que haja terceirização dos serviços aos custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, e das empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto, para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida ao custo dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009, com a finalidade da transição para as normas do CPC.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 11, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Devido ao fato de os ativos terem sido adquiridos substancialmente após 1º de janeiro de 2009 e não terem saldos relevantes, a Sociedade optou pela não adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado nem pela utilização da prática do custo atribuído (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - “Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43”, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - “Ativo Imobilizado” e da ICPC 10.

Adicionalmente, os efeitos da depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme regulamentação da ICPC 10, foram revisados para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2010, e não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Consequentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

4.3. Intangível

A Sociedade reconheceu um ativo intangível resultante do Contrato de Concessão pelo direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Por tratar-se de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, e sim calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, estão incluídos nos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, das contingências e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme nota explicativa nº 27.

4.8. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança.

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 20.1.

4.9. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período que os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Receita oriunda da cobrança de pedágios ou tarifas decorrente dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto das concessões pelos usuários.

4.10. Ativos e passivos objeto de ajuste a valor presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos - decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontada através da aplicação da taxa de desconto de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

Provisão para investimentos

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Circulante:			
Provisão para obras futuras - nominal	-	574	1.962
Provisão para obras futuras a valor presente	-	563	1.888
Efeito do ajuste a valor presente	-	11	74
Não circulante:			
Provisão para obras futuras - nominal	17.394	17.394	17.968
Provisão para obras futuras a valor presente	16.136	15.367	15.171
Efeito do ajuste a valor presente	1.258	2.027	2.797

Provisão para manutenção

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Não circulante:			
Provisão para manutenção - nominal	11.424	3.880	-
Provisão para manutenção a valor presente	8.152	2.659	-
Efeito do ajuste a valor presente	3.272	1.221	-

A recomposição dos saldos aos seus valores nominais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

4.11. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.12. Dividendos propostos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na rubrica "Dividendos propostos", por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 23.3.

5. ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Sociedade adotou todos os pronunciamentos técnicos e as respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que, juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Sociedade aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes no CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 40 e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Sociedade efetuou nas duas demonstrações financeiras os ajustes descritos a seguir:

Exceções obrigatórias e isenções opcionais na adoção dos novos pronunciamentos

Com base no CPC 37 (R1), é permitida, na adoção inicial dos novos pronunciamentos, a aplicação de procedimentos voluntários, caso haja divergências quanto às práticas contábeis anteriormente adotadas; porém, a norma também proíbe o ajuste de determinadas transações retrospectivamente.

O julgamento da Administração quanto às isenções opcionais e obrigatórias na adoção inicial dos novos pronunciamentos é descrito e foi aplicado da seguinte forma:

- a) Mensuração do ativo imobilizado ao valor justo: considerando as características e os valores dos grupos de ativos, contabilizados na rubrica “Ativo imobilizado”, a Sociedade entende que os valores atribuídos a essa classe de ativos correspondem ao valor justo; portanto, não optou por remensurar esses ativos na data de transição, mas optou pela manutenção do custo histórico de aquisição, como permitido anteriormente, em linha com os novos pronunciamentos.
- b) Manutenção do ativo diferido nas demonstrações financeiras individuais: a manutenção de saldo em conta do ativo diferido, permitido pelo CPC 13 - “Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08”, foi ratificado na versão revisada do CPC 43, aplicável somente para demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- c) Transição de contabilização para o Contrato de Concessão: a aplicação foi adotada de forma retrospectiva pela Sociedade.

Considerando a aplicação dos novos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas por parte do CPC, a seguir estão sendo apresentados os efeitos sobre o balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009 e sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

Efeitos da adoção dos CPCs no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009

	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Total do ativo circulante	<u>7.207</u>	<u>-</u>	<u>7.207</u>
NÃO CIRCULANTE			
Despesas antecipadas	13	-	13
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	234	234
Imobilizado	200.876	(198.814)	2.062
Intangível	105	219.500	219.605
Diferido	<u>39.641</u>	<u>(4.314)</u>	<u>35.327</u>
Total do ativo não circulante	<u>240.635</u>	<u>16.606</u>	<u>257.241</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>247.842</u>	<u>16.606</u>	<u>264.448</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	234	-	234
Fornecedores	27.532	-	27.532
Fornecedores - partes relacionadas	40.381	-	40.381
Obrigações sociais	997	-	997
Obrigações fiscais	4.728	-	4.728
Cauções contratuais	4.767	-	4.767
Taxa de fiscalização	703	-	703
Provisão para investimentos em rodovias	-	1.888	1.888
Dividendos propostos	23	-	23
Outras contas a pagar	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>3</u>
Total dos passivos circulantes	<u>79.368</u>	<u>1.888</u>	<u>81.256</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	3.018	-	3.018
Transações com partes relacionadas	121.379	-	121.379
Provisão para investimentos em rodovias	<u>-</u>	<u>15.171</u>	<u>15.171</u>
Total dos passivos não circulantes	<u>124.397</u>	<u>15.171</u>	<u>139.568</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	44.001	-	44.001
Reservas de lucros	76	-	76
Prejuízos acumulados	<u>-</u>	<u>(453)</u>	<u>(453)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>44.077</u>	<u>(453)</u>	<u>43.624</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>247.842</u>	<u>16.606</u>	<u>264.448</u>

Efeitos da adoção dos CPCs no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2009

	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Total do ativo circulante	133.641	-	133.641
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	319.237	(316.891)	2.346
Intangível	293	354.357	354.650
Diferido	<u>36.284</u>	<u>(4.314)</u>	<u>31.970</u>
Total do ativo não circulante	355.814	33.152	388.966
TOTAL DO ATIVO	<u>489.455</u>	<u>33.152</u>	<u>522.607</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	1.487	-	1.487
Transações com partes relacionadas	13.667	-	13.667
Fornecedores	6.729	-	6.729
Fornecedores - partes relacionadas	5.453	-	5.453
Obrigações sociais	3.371	-	3.371
Obrigações fiscais	4.029	-	4.029
Cauções contratuais	1.956	-	1.956
Taxa de fiscalização	760	-	760
Provisão para investimentos	-	563	563
Dividendos propostos	1.793	-	1.793
Outras contas a pagar	<u>29</u>	<u>-</u>	<u>29</u>
Total dos passivos circulantes	<u>39.274</u>	<u>563</u>	<u>39.837</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	241.399	-	241.399
Transações com partes relacionadas	119.000	-	119.000
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	27	-	27
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	4.951	4.951
Provisão para manutenção	-	2.659	2.659
Provisão para investimentos	<u>-</u>	<u>15.367</u>	<u>15.367</u>
Total do passivo não circulante	<u>360.426</u>	<u>22.977</u>	<u>383.403</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	84.001	-	84.001
Reserva de lucros	<u>5.754</u>	<u>9.612</u>	<u>15.366</u>
Total do patrimônio líquido	89.755	9.612	99.367
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>489.455</u>	<u>33.152</u>	<u>522.607</u>

Efeitos da adoção dos CPCs no patrimônio líquido em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009

	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	89.755	44.077
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos:		
Mudança de critério da amortização de investimentos	19.269	137
Amortização de intangível de obras que não geram potencial de receita adicional	(372)	(1)
Provisão para manutenção de rodovias	(2.580)	-
Despesa financeira decorrente de ajuste a valor presente	(1.735)	(823)
Reversão de juros capitalizados	(19)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado dos ajustes	(4.951)	234
Total dos ajustes	<u>9.612</u>	<u>(453)</u>
Patrimônio líquido ajustado pela aplicação dos novos CPCs	<u>99.367</u>	<u>43.624</u>

Efeitos da adoção dos CPCs no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
RECEITAS			
Receitas de serviços	153.072	-	153.072
Receitas de obras	-	138.776	138.776
	<u>153.072</u>	<u>138.776</u>	<u>291.848</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA	<u>(13.272)</u>	-	<u>(13.272)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	139.800	138.776	278.576
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(90.873)	16.181	(74.692)
CUSTOS DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO	-	(138.776)	(138.776)
LUCRO BRUTO	<u>48.927</u>	<u>16.181</u>	<u>65.108</u>
Despesas gerais e administrativas	(12.836)	-	(12.836)
Remuneração da Administração	(585)	-	(585)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>35.506</u>	<u>16.181</u>	<u>51.687</u>
Receitas financeiras	3.994	-	3.994
Despesas financeiras	(27.688)	(931)	(28.619)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>11.812</u>	<u>15.250</u>	<u>27.062</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(4.364)	-	(4.364)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	(5.185)	(5.185)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>7.448</u>	<u>10.065</u>	<u>17.513</u>

Efeitos da adoção dos CPCs na demonstração dos fluxos de caixa

	Em 31.12.2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Saldos		Saldos ajustados
	originalmente apresentados	Ajustes	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	56.766	(1)	56.765
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(199.619)	-	(199.619)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	261.878	1	261.879

Notas sobre as reconciliações apresentadas anteriormente• ICPC 01 e OCPC 05 (equivalente ao IFRIC 12) - Contratos de Concessão

A partir de 1º de janeiro de 2010 (efeitos de abertura em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação), a Sociedade adotou e utilizou, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as disposições da ICPC 01 emitida pelo CPC. Essa interpretação orienta a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

As disposições da ICPC 01 foram aplicadas retroativamente, recalculando os efeitos que a adoção teria em 1º de janeiro de 2009 (início do período mais antigo utilizado para fins comparativos) e atribuindo os efeitos aos componentes do patrimônio líquido.

A aplicação retroativa foi adotada para o Contrato de Concessão da Sociedade.

Adicionalmente, o Contrato de Concessão da Sociedade está classificado no modelo de ativo intangível.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Caixa e bancos	3.612	1.488	4.990
Aplicações financeiras (*)	<u>102.628</u>	<u>122.713</u>	<u>186</u>
	<u>106.240</u>	<u>124.201</u>	<u>5.176</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja participação proporcional nas carteiras é a seguinte:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	653	122.713	186
Fundos de aplicações	<u>101.975</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>102.628</u>	<u>122.713</u>	<u>186</u>

7. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Pedágio eletrônico a receber	9.654	6.725	57
Cupons de pedágio a receber	956	920	6
Cartões de pedágio a receber	<u>315</u>	<u>233</u>	<u>10</u>
	<u>10.925</u>	<u>7.878</u>	<u>73</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis.

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de trinta dias.

8. ESTOQUES

Estão representados por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Defensa semimaleável simples galvanizada e outras defensas	106	132	733
Tachão bidirecional	-	64	131
Tinta para demarcação viária	-	-	74
Barreira plástica	59	-	-
Cone obra	79	22	43
Microesferas e outros itens	<u>239</u>	<u>135</u>	<u>229</u>
	<u>483</u>	<u>353</u>	<u>1.210</u>

9. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Prêmios de seguros a apropriar	426	405	310
Outros	<u>8</u>	<u>9</u>	<u>35</u>
	<u>434</u>	<u>414</u>	<u>345</u>
Circulante	434	414	332
Não circulante	-	-	13

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	677	704	403
Outros impostos a recuperar	<u>8</u>	<u>14</u>	<u>-</u>
	<u>685</u>	<u>718</u>	<u>403</u>

11. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis, utensílios e instalações	Equipamentos mobiiliários	Prédios e benfeitorias	Instalações, edifícios e dependências	Computadores e periféricos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado:								
Saldo em 01.01.2009	331	190	-	1.218	398	-	-	2.137
Adições	51	118	34	13	123	118	-	457
Transferências	<u>66</u>	<u>67</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>133</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>448</u>	<u>375</u>	<u>34</u>	<u>1.231</u>	<u>521</u>	<u>118</u>	<u>-</u>	<u>2.727</u>
Adições	19	59	-	(5)	97	-	206	376
Transferências	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(133)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(133)</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>467</u>	<u>434</u>	<u>34</u>	<u>1.093</u>	<u>618</u>	<u>118</u>	<u>206</u>	<u>2.970</u>
Depreciação acumulada:								
Saldo em 01.01.2009	(9)	(9)	-	(16)	(41)	-	-	(75)
Depreciação	<u>(39)</u>	<u>(31)</u>	<u>(1)</u>	<u>(128)</u>	<u>(90)</u>	<u>(17)</u>	<u>-</u>	<u>(306)</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>(48)</u>	<u>(40)</u>	<u>(1)</u>	<u>(144)</u>	<u>(131)</u>	<u>(17)</u>	<u>-</u>	<u>(381)</u>
Depreciação-	<u>(46)</u>	<u>(39)</u>	<u>(3)</u>	<u>50</u>	<u>(113)</u>	<u>(24)</u>	<u>-</u>	<u>(175)</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>(94)</u>	<u>(79)</u>	<u>(4)</u>	<u>(94)</u>	<u>(244)</u>	<u>(41)</u>	<u>-</u>	<u>(556)</u>
Imobilizado líquido:								
Saldo em 01.01.2009	<u>322</u>	<u>181</u>	<u>-</u>	<u>1.202</u>	<u>357</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.062</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>400</u>	<u>335</u>	<u>33</u>	<u>1.087</u>	<u>390</u>	<u>101</u>	<u>-</u>	<u>2.346</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>373</u>	<u>355</u>	<u>30</u>	<u>999</u>	<u>374</u>	<u>77</u>	<u>206</u>	<u>2.414</u>
Taxas de depreciação - %	10	10	10	10	20	20		

12. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (b)	Licenças de software(a)	Intangível em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo do intangível:					
Saldo em 01.01.2009	150.619	119	68.889	-	219.627
Adições	79.455	238	61.190	819	141.702
Transferências	<u>100.973</u>	<u>-</u>	<u>(102.563)</u>	<u>1.457</u>	<u>(133)</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>331.047</u>	<u>357</u>	<u>27.516</u>	<u>2.276</u>	<u>361.196</u>
Adições	109.881	60	48.473	1.500	159.914
Transferências	<u>8.498</u>	<u>-</u>	<u>(8.365)</u>	<u>-</u>	<u>133</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>449.426</u>	<u>417</u>	<u>67.624</u>	<u>3.776</u>	<u>521.243</u>

	Intangível em rodovias - obras e serviços (b)	Licenças de software(a)	Intangível em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Amortização acumulada:					
Saldo em 01.01.2009	(8)	(14)	-	-	(22)
Amortização	<u>(6.474)</u>	<u>(50)</u>	=	=	<u>(6.524)</u>
Saldo em 31.12.2009	(6.482)	(64)	-	-	(6.546)
Amortização-					
Saldo em 31.12.2010	<u>(11.806)</u>	<u>(77)</u>	=	=	<u>(11.883)</u>
	<u>(18.288)</u>	<u>(141)</u>	=	=	<u>(18.429)</u>
Intangível líquido:					
Saldo em 01.01.2009	<u>150.611</u>	<u>105</u>	<u>68.889</u>	-	<u>219.605</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>324.565</u>	<u>293</u>	<u>27.516</u>	<u>2.276</u>	<u>354.650</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>431.138</u>	<u>276</u>	<u>67.624</u>	<u>3.776</u>	<u>502.814</u>

(a) Amortização linear de 20% ao ano.

(b) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

13. DIFERIDO

Estão representados por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Gastos pré-operacionais:			
Pessoal/administradores	5.568	5.568	5.568
Consumo	5.129	5.129	5.129
Custos contratuais da concessão	9.101	9.101	9.101
Depreciações e amortizações	115	115	115
Conservação da rodovia	13.309	13.309	13.309
Serviços de terceiros	1.742	1.742	1.742
Tributários	2.378	2.378	2.378
Resultados financeiros	(1.880)	(1.880)	(1.880)
Outros gastos	<u>(124)</u>	<u>(124)</u>	<u>(124)</u>
	35.338	35.338	35.338
Amortização acumulada	<u>(7.336)</u>	<u>(3.368)</u>	<u>(11)</u>
	<u>28.002</u>	<u>31.970</u>	<u>35.327</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias à equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de equipamentos e outros (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME) (a)	Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP + 2,6% a.a.	1.301	580	234
Financiamento de investimentos (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES) (b)	TJLP + 2,8% a 3,58% a.a.	<u>290.169</u>	<u>907</u>	<u>-</u>
		<u>291.470</u>	<u>1.487</u>	<u>234</u>
Passivo não circulante:				
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a.a.	2.466	3.123	3.018
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,8% a 3,58% a.a.	<u>-</u>	<u>238.276</u>	<u>-</u>
		<u>2.466</u>	<u>241.399</u>	<u>3.018</u>

(a) Refere-se a contratos para a compra de grupos de geradores, caixas d'água, sistema de controle de tráfego e quadros de distribuição de força e luz. Como garantia desses empréstimos e financiamentos está a alienação fiduciária dos bens e do aval, por meio de nota promissória, em montante equivalente a 130% do valor principal de cada contrato.

(b) Refere-se a contrato de abertura de crédito firmado com o BNDES para a execução de serviços iniciais de recuperação, conservação, monitoramento contínuo, manutenção, melhoramentos, ampliação e operação das rodovias, além de aquisição de equipamentos e materiais e instalações destes e está garantido por aval dos acionistas e cartas de fiança bancária contratadas de instituições financeiras de primeira linha.

Os empréstimos obtidos do BNDES estão sujeitos a certas cláusulas restritivas que devem ser seguidas, a fim de evitar antecipação do seu vencimento. Essas cláusulas são como segue:

Da Sociedade

- Manter situação regular com suas obrigações com órgãos do meio ambiente.
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores.
- Não constituir garantia real em virtude de determinação legal nem garantia em juízo, sem comunicar prévia e formalmente ao BNDES.
- Não constatar situação de inadimplemento de nenhuma obrigação da Sociedade ou de sua controladora.

- Não alterar o controle efetivo da Sociedade após a contratação da operação sem prévia e expressa autorização do BNDES.
- Em caso de redução de quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

Do acionista

- Não incluir a Sociedade em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem restrições à capacidade de crescimento e ao acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- Não submeter à oneração ações de sua propriedade e da Sociedade nem à venda, aquisição, incorporação, fusão e cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES.
- Não realizar distribuição de dividendos nem pagamentos de juros sobre o capital próprio, cujo valor supere o percentual estabelecido por lei.
- Não promover atos nem medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade.
- Tomar as providências necessárias para garantir o atendimento à finalidade da operação do empréstimo.
- Manter a razão entre a dívida líquida (dívida bruta - caixa e equivalentes de caixa) e o EBITDA (lucro antes dos impostos, depreciação, amortização e juros), inferior ou igual a cinco vezes durante o cumprimento do contrato de financiamento, e a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total maior ou igual a 20%.
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral revisado por empresa de auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas nas datas das demonstrações financeiras.

A Sociedade está concluindo com o BNDES a estruturação de financiamento de longo prazo, com o objetivo de liquidar os empréstimos que vencem no curto prazo.

O valor justo dos empréstimos registrados nos passivos circulante e não circulante é próximo do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

15. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de R\$10.644 (R\$6.729 em 31 de dezembro de 2009 e R\$27.532 em 1º de janeiro de 2009) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Provisão para férias	1.285	1.279	511
Gratificações e participações a pagar	1.003	976	-
Encargos sociais e previdenciários	510	712	282
Outras obrigações	<u>611</u>	<u>404</u>	<u>204</u>
	<u>3.409</u>	<u>3.371</u>	<u>997</u>

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Imposto de renda	-	1.322	20
Contribuição social	223	505	12
Impostos Sobre Serviços - ISS	1.319	1.139	2.130
IRRF	100	57	527
Programa de Integração Social - PIS	121	115	2
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	559	530	10
PIS, COFINS, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS de terceiros	<u>580</u>	<u>361</u>	<u>2.027</u>
	<u>2.902</u>	<u>4.029</u>	<u>4.728</u>

18. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009 estavam representados, respectivamente, por R\$4.726, R\$1.956 e R\$4.767.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estão representadas pelas seguintes operações:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Passivo circulante:			
Transações com partes relacionadas			
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	<u>25.876</u>	<u>13.677</u>	<u>-</u>
Fornecedores com partes relacionadas:			
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (c)	1.932	1.754	1.785
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	1.365	642	18.993
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	3.176	2.578	19.585
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	187	479	-
Autopista Fernão Dias S.A.	-	-	1
Centrovias Sistema Rodoviário S.A.	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17</u>
	<u>6.660</u>	<u>5.453</u>	<u>40.381</u>
Dividendos propostos-			
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	<u>9.050</u>	<u>1.793</u>	<u>23</u>
Passivo não circulante-			
Transações com partes relacionadas-			
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	<u>119.000</u>	<u>119.000</u>	<u>121.379</u>

- (a) Refere-se a mútuos obtidos para o financiamento das operações da Sociedade e dos gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativos e quantitativos para a participação da OHL (sociedade controladora) no processo de licitação da concessão e das notas de débitos relacionadas às despesas advocatícias, entre outras similares. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue:

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor		
				<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
29/08/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	11.000	13.673	12.520	11.454
04/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	8.000	9.926	9.090	8.316
25/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	1.000	1.232	1.128	1.032
29/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	11.000	13.452	12.401	11.355
29/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	4.000	4.925	4.510	4.125
06/10/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	7.000	8.598	7.873	7.203
27/10/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	17.000	20.735	18.988	17.371
05/11/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	7.000	8.510	7.793	7.131
27/11/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	22.000	26.554	24.316	22.245
05/12/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	7.000	8.426	7.716	7.058
19/12/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	<u>24.000</u>	<u>28.755</u>	<u>26.332</u>	<u>24.089</u>
			<u>119.000</u>	<u>144.876</u>	<u>132.667</u>	<u>121.379</u>

Os juros vencem anualmente no mês de dezembro, contados a partir de dezembro de 2011. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, os juros incorridos serão recebidos na mesma data do principal.

- (b) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida à Sociedade, efetuados por sociedades controladas da OHL.
- (c) As demais operações com a OHL referem-se a valores a pagar, relativos a gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativos e quantitativos, para a participação da OHL em leilão da concessão e das notas de débito de despesas advocatícias, entre outras similares.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Sociedade pagou os montantes de R\$722 e R\$585, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da Diretoria e aos respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede Participação nos Lucros e Resultados - PLR a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no fim do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para PLR, registrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, são de R\$1.003 e R\$976, respectivamente. As metas são como seguem:

19.1. Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são empregados ou ex-empregados que foram demitidos no período de abrangência desse plano.

Participam os ex-empregados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

19.2. Definição dos valores

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas, o tempo real trabalhado no período, o absenteísmo, as advertências e as suspensões.

20. PROVISÕES

20.1. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte envolvida em processos judiciais de naturezas cível e trabalhista, esses processos estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. A movimentação dos montantes provisionados no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

	<u>31.12.2009</u>	Provisões <u>constituídas</u>	<u>31.12.2010</u>
Cível	27	1.733	1.760
Trabalhista	-	167	167
	<u>27</u>	<u>1.900</u>	<u>1.927</u>

	Provisões constituídas	
	<u>em 2009</u>	<u>31.12.2009</u>
Cível	<u>27</u>	<u>27</u>
	<u>27</u>	<u>27</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em outros processos cíveis e trabalhistas em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos totalizam R\$1.866 de causas cíveis e R\$50 de causas trabalhistas em 31 de dezembro de 2010 (R\$1.761 de causas cíveis em 31 de dezembro de 2009).

20.2. Provisão para manutenção e investimentos em rodovias

As contabilizações para manutenção e investimentos nas rodovias são calculadas, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo para a provisão de investimentos considerados valores até o fim da concessão e para a manutenção considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos nas notas explicativas nº 3.4 e nº 5.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	
	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldo em 01.01.2009	1.888	-	15.171
Adições	833	2.659	-
Utilizações	(1.962)	-	-
Transferências	<u>(196)</u>	<u>-</u>	<u>196</u>
Saldo em 31.12.2009	563	2.659	15.367
Adições	780	5.493	-
Utilizações	(574)	-	-
Transferências	<u>(769)</u>	<u>-</u>	<u>769</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>-</u>	<u>8.152</u>	<u>16.136</u>

21. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Os saldos de R\$792, R\$760 e R\$703, nas datas de 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009, referem-se às despesas com taxa de fiscalização a ser recolhida à ANTT, com o objetivo de cobrir a fiscalização da concessão (vide nota explicativa nº 2). O valor anual é dividido em 12 parcelas iguais e mensais, e sua correção será pelo mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

22. ADIANTAMENTO DE SEGUROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade recebeu adiantamentos no montante de R\$5.805 relativos à indenização do Itaú Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais da rodovia.

Os procedimentos estabelecidos para os casos de danos patrimoniais, ou seja, aqueles que afetam diretamente a rodovia, como queda de taludes, danos à ponte ou ao viaduto, determinam a comunicação formal do evento à seguradora. Tal comunicação ensejará a elaboração de um projeto para recuperação do local atingido, elaboração de orçamento e cronograma físico-financeiro, documentos fundamentais para determinação do valor final a ser indenizado pela seguradora. Na hipótese de se concluir, ao fim da regulação do sinistro, que o montante indenizado não é devido ou é superior ao devido, a Sociedade tem o compromisso de efetuar a imediata devolução da importância indevida.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2010 é de R\$85.793 (R\$84.001 em 31 de dezembro de 2009) e está representado por 85.793.000 ações (84.001.000 ações em 31 de dezembro de 2009) ordinárias, sem valor nominal, assim, distribuídas:

	31.12.2010		31.12.2009	
	Quantidade de ações subscritas	Participação - %	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	85.792.997	99,9997	84.000.997	99,9997
Conselho de Administração	3	0,0003	3	0,0003
	<u>85.793.000</u>	<u>100,00</u>	<u>84.001.000</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o capital social foi aumentado no montante de R\$1.792 com dividendos propostos e não distribuídos.

23.2. Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado para a reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

23.3. Dividendos propostos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2010 está demonstrado a seguir:

	<u>R\$</u>
Lucro líquido do exercício	38.107
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(1.905)</u>
Base de cálculo para dividendos	36.202
Dividendos mínimos obrigatórios - %	<u>25%</u>
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	<u>9.050</u>

O remanescente do lucro do exercício, no montante de R\$27.152, foi transferido para a rubrica "Reserva de retenção de lucros", considerando o início das operações da Sociedade, mantido para investimentos, conforme proposto pela Diretoria para atender aos compromissos de investimentos descritos na nota explicativa nº 2.

24. RECEITA

Está representada por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receita de serviços prestados	204.238	153.072
Receita de serviços de construção	154.613	138.776
Receitas acessórias	<u>310</u>	<u>-</u>
	<u>359.161</u>	<u>291.848</u>

A seguir está demonstrada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações do resultado do exercício:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receita bruta	359.161	291.848
Abatimentos sobre receitas de pedágios	(510)	-
ISS	(10.824)	(7.685)
PIS	(1.231)	(995)
COFINS	<u>(5.681)</u>	<u>(4.592)</u>
Receita líquida	<u>340.915</u>	<u>278.576</u>

25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

<u>Custos dos serviços</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Custo de construção	(154.613)	(138.776)
Com pessoal	(13.764)	(13.141)
Serviços de terceiros	(33.424)	(31.354)
Depreciações/Amortizações	(11.841)	(6.511)
Provisão para manutenção em rodovias	(5.206)	(2.580)
Conservação	(1.159)	(179)
Taxa de fiscalização	(9.505)	(8.779)
Seguros e garantias	(2.519)	(2.564)
Outros custos	<u>(7.502)</u>	<u>(9.584)</u>
	<u>(239.533)</u>	<u>(213.468)</u>

<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Com pessoal	(6.800)	(5.457)
Serviços de terceiros	(5.130)	(2.408)
Depreciações/Amortizações	(4.185)	(3.676)
Consumo	(482)	(232)
Outras despesas	<u>(666)</u>	<u>(1.063)</u>
	<u>(17.263)</u>	<u>(12.836)</u>

26. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	68	92
Aplicações financeiras	10.735	3.902
Outras receitas	<u>7</u>	<u>-</u>
	<u>10.810</u>	<u>3.994</u>

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros - juros e variação monetária	(33.486)	(26.781)
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	(1.067)	(912)
Outras despesas	<u>(2.239)</u>	<u>(926)</u>
	<u>(36.792)</u>	<u>(28.619)</u>

27. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é como segue:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
a) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	57.415	27.062
b) Diferenças temporárias - sobre provisões de PLR e provisão para riscos cíveis e trabalhistas	<u>2.860</u>	-
c) Ajustes por mudança de prática contábil:		
Mudança de critério da amortização de investimentos	(32.571)	(19.132)
Amortização de intangível de obras futuras	488	371
Provisão para manutenção de rodovias	5.206	2.580
Resultado financeiro de ajustes a valor presente	1.067	912
Estorno de capitalização de juros	<u>-</u>	<u>19</u>
	(25.810)	(15.250)
d) Diferenças permanentes	<u>(625)</u>	<u>1.024</u>
Base de cálculo a) + b) + c) + d)	33.840	12.836
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesas:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(11.505)</u>	<u>(4.364)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (34% de b) + c)	<u>(7.803)</u>	<u>(5.185)</u>
e) Classificação nas contas patrimoniais:		
Ativo não circulante (34% de b)	<u>972</u>	<u>-</u>
<p>Conforme expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável, a Sociedade estima que o montante de R\$972 será recuperado em 2011.</p>		
Passivos não circulantes-		
Ajustes por mudança de prática contábil:		
Mudança de critério da amortização de investimentos	51.840	19.269
Amortização de intangível de obras futuras	(860)	(372)
Provisão para manutenção de rodovias	(7.786)	(2.580)
Resultado financeiro de ajustes a valor presente	(2.802)	(1.735)
Estorno de capitalização de juros	<u>(20)</u>	<u>(19)</u>
	40.372	14.563
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>13.726</u>	<u>4.951</u>

Com base nas projeções de resultado tributável, a expectativa de realização dos débitos tributários diferidos é como segue:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Período a findar-se em:		
2011	410	148
2012	420	151
2013	433	156
2014	449	162
Acima de 2015	<u>12.014</u>	<u>4.334</u>
	<u>13.726</u>	<u>4.951</u>

28. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

28.1. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

28.2. Informações suplementares

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram o caixa:		
Capital integralizado com dividendos	1.792	-
Compras de intangíveis e bens do ativo imobilizado registrados em obrigações	14.931	8.643

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

29.2. Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos aos saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração efetuou análise de sensibilidade, considerando aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	12,25%	15,31%	18,38%
TJLP	6,0%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer (*)	<u>35.846</u>	<u>43.446</u>	<u>51.046</u>

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

29.3. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com os critérios e objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Sociedade possuía valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$9.654 e R\$6.725, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágio arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio - Sem Parar, registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

29.4. Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora OHL, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Na tabela a seguir constam detalhes do prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e dos prazos de amortização contratuais. Esta tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela a seguir também inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

<u>Modalidades de empréstimos</u>	<u>Taxa Média</u> <u>Ponderada %</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) - principal		1.297	1.297	1.017	144
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) - juros	8,40%	<u>243</u>	<u>142</u>	<u>40</u>	<u>3</u>
		<u>1.540</u>	<u>1.439</u>	<u>1.057</u>	<u>147</u>
Financiamento de investimento (BNDES) - principal		289.030			
Financiamento de investimento (BNDES) - juros	8,85%	<u>2.369</u>			
		<u>291.399</u>			

29.5 Valor justo de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, que se encontram registrados pelo custo amortizado, de acordo com a nota explicativa nº 4.6., aproximam-se do valor justo, uma vez que a natureza e a característica das condições contratadas se assemelham àquelas disponíveis no mercado nas datas dos balanços.

30. BENEFÍCIOS

A Sociedade provê a seus colaboradores benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos colaboradores de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

31. GARANTIAS E SEGUROS

A concessionária, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de melhoramento e recuperação da rodovia e das funções operacionais, de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da taxa de fiscalização. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2010, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	165.000
	Responsabilidade civil	25.100
	Riscos de engenharia	42.764
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	<u>111.205</u>
		<u>344.069</u>

A Sociedade é fiadora do seguro e da garantia mencionados anteriormente.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e a maneira com que as decisões são tomadas e os recursos são aplicados.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

33. EVENTO SUBSEQUENTE

No dia 17 de janeiro de 2011, ocorreu a liberação das parcelas do empréstimo de longo prazo do BNDES para colaboração financeira. O montante liberado foi utilizado para quitação do “empréstimo-ponte” que foi destinado, conforme contrato, para execução de serviços iniciais, recuperação, melhoramentos e infraestrutura para operação da rodovia, elaboração dos projetos e cadastro, assim como construção da sede da concessionária e, ainda, despesas prévias operacionais, visando à exploração do Lote Rodoviário 06 (BR 116/SP/PR), referente ao Contrato de Concessão de Serviço Público, celebrado entre a União, por intermédio da ANTT, e a Sociedade.

34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2011.
